

RESOLUÇÃO

[A ENTREGAR AO GOVERNO E À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA]

Os Professores e Educadores lutarão em defesa da sua carreira profissional e não admitirão qualquer perda de tempo de serviço

Os Professores e Educadores, em greve e protesto frente à Assembleia da República, em 15 de novembro de 2017, declaram a sua firme determinação em defender a recuperação dos 9 anos, 4 meses e 2 dias durante os quais a carreira esteve congelada, exigindo a contagem integral do tempo de serviço que cumpriram para efeitos de reposicionamento e progressão na carreira.

Para satisfação desta justa reivindicação, os Professores e Educadores estão abertos à negociação de uma recuperação faseada do tempo que esteve congelado, mantendo-se, contudo, indisponíveis para a perda, ainda que parcial, de anos de serviço que foram cumpridos com inegável e reconhecido mérito. Assim, contrariamente ao que afirmou o Senhor Primeiro-Ministro, os docentes pretendem mesmo a reconstrução / regularização da sua carreira, pois, por medidas diversas impostas nos últimos 12 anos, tem sido subvertida a ponto de, a não ser contado integralmente o tempo de serviço, a maioria dos Professores e Educadores estar impedida de chegar ao seu topo, não por falta de mérito, mas por falta de tempo.

Os docentes rejeitam, ainda, novas penalizações, alegadamente decorrentes de um qualquer regime transitório, e exigem ser esclarecidos sobre o teor do artigo 36.º da Proposta de Orçamento do Estado para 2018, exigindo a sua eliminação, caso se destine a prolongar a permanência dos docentes nos escalões em que se encontram.

É perante este quadro, marcado pela falta de diálogo e de negociação do Governo e do Ministério da Educação, que a luta, em torno da qual convergem os docentes portugueses e as suas organizações sindicais, tem por objetivo imediato um descongelamento justo da sua carreira, rejeitando qualquer tipo de discriminação em relação a outras da Administração Pública. No entanto, são, ainda, objetivos principais da sua luta: a aprovação de um regime específico de aposentação; a reorganização dos horários de trabalho com a integração na componente letiva de todas as atividades diretas com alunos; o combate às situações de precariedade, que se arrastam há décadas, e a aprovação de um regime justo e transparente de concursos para todos os docentes.

Lisboa, 15 de novembro de 2017.

Os Professores e Educadores em concentração
frente à Assembleia da República